



IDeIAS

Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social

HAVERÁ POSSIBILIDADE DE LIGAÇÃO ENTRE GRUPOS DE POUPANÇA E CRÉDITO CUMULATIVO INFORMAIS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FORMAIS?

Fernanda Massarongo, Nelsa Massingue, Rosimina Ali, Yasfir Ibraimo

1. Introdução:

Estima-se que, em Moçambique, mais de 100.000 pessoas estão organizadas em Grupos de Poupança e Crédito Cumulativo (GPCC), tendo movimentado cerca de 73 milhões de meticais em depósitos em 2010 (Zaqueu 2010). Estes grupos foram introduzidos em Moçambique nos anos 90, pela CARE¹, na província de Nampula, distrito de Moma e foram se alastrando para outras zonas do país. A sua actividade consiste em mobilizar poupança e alocar crédito, aplicando taxas de juro e usando sistemas de gestão de informação.

O aumento do número de GPCC pelo país e dos valores por estes transaccionados tem levantado questões sobre a necessidade de ligação financeira entre estes grupos e Instituições Financeiras Formais (IFF)². A expectativa é de que a ligação financeira permita que segmentos da população excluídos do Sistema Financeiro Formal (SFF) beneficiem de serviços financeiros em maior escala e qualidade. Paralelamente, as IFF poderão expandir o número de clientes, volume de poupança, e, conseqüentemente, aumentar recursos para financiar a economia.

O presente IDeIAS questiona as possibilidades de ligação financeira entre GPCC rurais e IFF. Esta discussão enquadra-se numa investigação mais geral sobre dinâmicas do sector financeiro nacional que vem sendo desenvolvida pelo grupo de Economia e Desenvolvimento do IESE. Este número levanta algumas questões que com base nos resultados da pesquisa de campo em curso, serão aprofundadas.

2. Grupos de Poupança e Crédito Cumulativo (GPCC): surgimento e funcionamento

Os GPCC foram introduzidos em Moçambique com o objectivo de, dentre outros, promover o acesso da população de baixa renda a serviços financeiros, com maior ênfase nas mulheres (CARE 2009). A promoção destes grupos já vinha sendo desenvolvida pela CARE na África Ocidental e Oriental. Actualmente, existem no país vários operadores - organizações não

governamentais, organizações ligadas ao governo e promotores independentes - que também promovem GPCC inspirados nos princípios introduzidos pela CARE, mas com diferentes metodologias. Assim, as características e o funcionamento dos GPCC variam consoante o contexto em que emergem e actuam. As principais diferenças estão no número de membros dos grupos, periodicidade e limites mínimo e máximos do valor da poupança. Mas em geral, a actividade financeira destes grupos consiste em (i) mobilizar poupança dos seus membros e (ii) com base nesta poupança, conceder crédito sobre o qual são cobradas taxas de juro, gerando assim rendimentos que são redistribuídos pelos membros do grupo no final de um dado ciclo³.

Em geral, os GPCC possuem 10 a 25 (podendo chegar a 60) membros que se juntam por afinidade, vizinhança ou por associativismo em actividades socioeconómicas, o que faz com que a confiança seja um factor preponderante no seu funcionamento. Os seus ciclos de poupança e crédito duram entre 6 a 12 meses.

Os GPCC geralmente concedem créditos de curto prazo (com duração de um a três meses) cobrando taxas de juro mensais que variam entre 10% a 20%, dependendo da decisão do grupo. A redistribuição dos juros e lucros resultantes da actividade geralmente é feita de acordo com a metodologia seguida pelo promotor, que pode ser na proporção do capital de cada um ou equitativamente.

No que respeita á gestão da actividade financeira, os grupos possuem um sistema de informação e gestão dos fundos e um certo grau de literacia financeira. O registo das operações é feito por um comité que arrola as operações referentes à poupança, crédito, juros e redistribuição dos rendimentos. A actividade de poupança e a alocação de crédito é realizada em encontros previamente acordados, que podem ser semanal, quinzenal ou mensalmente. Os Grupos também acumulam rendimentos provenientes de multas (pagas por membros cujo

comportamento viola o regulamento do grupo) e contribuições para o seu fundo social.

A maior parte destes grupos não está ligada a uma IFF. Neste caso, a poupança e os valores monetários são depositados numa caixa ou cofre com duas ou três chaves, controlada alguns membros do grupo. Portanto, não há muita segurança. Os grupos são geralmente apoiados e supervisionados por promotores contratados pelos operadores ou por animadores comunitários independentes⁴. Ao fim de um certo período de acompanhamento, espera-se que os grupos atinjam maturidade e não dependam do acompanhamento sistemático de um promotor/animador (figura 1). Uma questão a investigar é o que acontece com os GPCC que se tornam independentes? Será que crescem e demandam a formalização da sua actividade? Ou será que tendem a enfrentar dificuldades e conflitos ao ponto de se extinguirem?

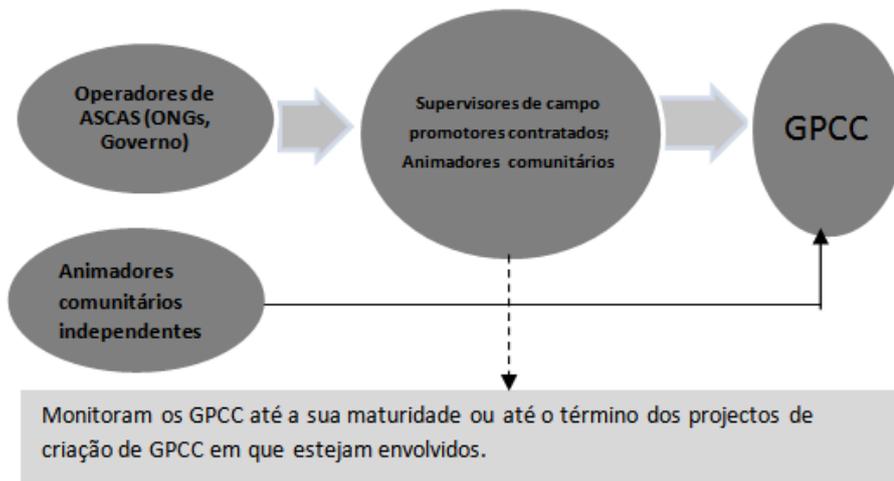
3. Será possível ligar os GPCC ao SFF⁵?

A ligação financeira entre os GPCC e as instituições financeiras formais deve questionar os dois lados de uma relação financeira: a realização de poupança e a alocação de crédito. Assim é importante analisar quais são as condições de funcionamento dos GPCC e as relações de poupança e de crédito no SFF. Este exercício permite discutir as oportunidades, constrangimentos e requisitos para a ligação financeira.

O SFF em Moçambique é dominado pelos bancos comerciais que representam cerca de 90% do total de créditos e depósitos do sistema e cerca de 60% do total de instituições financeiras (www.bancomoc.co.mz).

Pela sua natureza, os bancos comerciais baseiam o seu funcionamento em determinados interesses e requisitos. Especificamente, (i) os bancos transaccionam apenas com clientes que possuam algum documento de identificação e/ou com instituições com personalidade jurídica legalmente reconhecida; (ii) os bancos tendem a priorizar clientes de baixo risco. Na sua maioria,

Figura 1: Esquema sobre a criação do GPCC



80% do portfolio dos bancos está associado a segmentos corporativos sendo 20% para os restantes segmentos. Outras actividades de baixo risco como financiamento de fluxos de caixa, habitação e crédito ao consumo também fazem parte das prioridades dos bancos. (iii) As garantias bancárias na concessão de crédito e a lucratividade são fundamentais nas operações com os bancos.

Uma opção de ligação financeira é que os bancos sejam o guardião dos valores monetários dos GPCC. Mas os requisitos para tal, como, possuir bilhete de identidade ou ser uma entidade jurídica, ter morada fixa, dentre outros, podem ser entraves para esta opção. Os GPCC não são uma entidade jurídica e os membros não necessitam de documento de identificação ou outro requisito legal para fazerem parte dos mesmos. Alternativa para se ligar ao banco tem sido a abertura de contas conjuntas por alguns membros. Isto tem suas limitações porque não se trata de uma conta do grupo em si, mas apenas de alguns dos membros do GPCC. Além disso, informação preliminar por nós recolhida e estudos prévios indicam que os membros dos GPCC exercem, na maior parte, actividades informais ou não possuem trabalho assalariado permanente, o que também limita a possibilidade de relacionamento com a banca⁶.

Por outro lado, na concessão do crédito os bancos tendem a considerar os seguintes aspectos: (i) o grau de risco. (ii) A reputação do cliente, a finalidade do crédito, a duração e tipo de relação com IFF, o vínculo institucional do

cliente à uma entidade patronal com reputação e garantias. No caso de empresas, a informação financeira organizada e auditada para se medir a capacidade de reembolso da dívida é importante. (ii) O quadro legal, ou seja, a capacidade do sistema legal de fazer cumprir com as obrigações assumidas contratualmente. E, (iii) aspectos importantes para a viabilidade dos projectos de investimento, tais como a disponibilidade e acesso a serviços complementares, infra-estruturas e garantia de acesso a mercado nacional e internacional.

Isto coloca as seguintes questões:

Primeiro, até que ponto as GPCC e/ou seus membros podem se englobar nas actividades privilegiadas pelos bancos: corporações, e clientes de rendimento médio e alto? Será que os membros dos GPCC que fazem poupanças, por exemplo, de 50 MT por semana têm espaço para ter um crédito junto das IFF? A ligação formal, caso se realize, não irá limitar os GPCC a meros depositantes?

Segundo, até que ponto a escassez de agências bancárias nas zonas rurais não limitaria a efectivação da ligação financeira? Considerando que opções tecnológicas como o *mobile banking* são limitadas por causa do défice e deficiência de infra-estruturas para o seu funcionamento.

Terceiro, até que ponto o quadro legal é compatível com a ligação financeira, considerando que, por exemplo, a poupança solidária, que os GPCC poderiam usar como garantia junto dos bancos, não é legalmente aceite?

Quarto, os GPCC dão uma série de vantagens aos membros tais como: juros elevados num curto espaço de tempo (ex: 20% em 6 meses) e lucros que podem fazer com que os retornos possam ir até cerca de 100% da poupança. Nestes grupos os membros também encontram protecção social para eventualidades como morte, doença, para além de acesso a crédito livre de burocracias. Poderá o SFF garantir a continuidade destes benefícios?

Conclusões

A discussão da inserção dos GPCC no SFF requer uma reflexão sobre a natureza, características e o contexto funcionamento dos grupos e do próprio sistema financeiro.

O funcionamento, surgimento e função social dos GPCC podem não ser facilmente mantidos com a ligação financeira. Os GPCC permitem fazer poupança com baixa renda e com elevada remuneração num curto espaço de tempo, crédito sem garantias e seguro social para eventualidades. Estes ganhos económicos e sociais dos membros parecem não ter espaço no SFF. Assim, qual seria o interesse deste grupos em transitar para a formalidade? Neste sentido, não estará a promoção de GPCC em contradição com a expansão da banca formal? Até que ponto as IFF têm interesse em captar os GPCC? Para além disso, nos GPCC é e/ou pretende-se tornar obrigatório a contracção de crédito por cada membro. Não será, este comportamento, contrário a um contexto em que os recursos financeiros são importantes para dinamizar a actividade produtiva em vez de serem usados para actividades meramente financeiras? Isto é, não deveriam os membros disputar por crédito para financiar as suas actividades no lugar obrigar outros a tomarem crédito?

Assim, não basta olhar para o número de pessoas e valores envolvidos em GPCC. O quadro jurídico, o contexto socioeconómico dos GPCC e seus membros e questões estruturais da própria economia têm que ser discutidas, prior à discussão sobre possibilidades de ligação financeira. Não será que ao invés se ligar a IFF, os GPCC não deveriam gerar formalidade a partir de si próprios levando a um processo de bancarização de baixo para cima, em vez de de cima para baixo?

1. Organização humanitária dedicada à luta contra a Pobreza. Está em Moçambique há mais de 20 anos (detalhes em <http://www.care.org/careswork/index.asp>).

2. O termo informal refere-se ao não reconhecimento, como entidade financeira, pelo Banco de Moçambique.

3. Existem duas principais metodologias que guiam o funcionamento dos GPCC: Village, Savings and Loans (VSL) e a Poupança e Crédito Rotativo (PCR).

4. Os animadores comunitários independentes não estão ligados a nenhum operador (ou ONG), mas, por conhecerem as metodologias de poupança e crédito cumulativo criam e supervisionam GPCC.

5. Esta secção foca na ligação financeira dos GPCC com bancos comerciais, pois estes dominam o SFF em Moçambique. Uma análise crítica de opções de ligação com instituições de Microfinanças é necessária para completar a análise.

6. Informação proveniente de entrevistas semi-estruturadas realizadas por investigadores do IESE, com IFF, investigadores, instituições públicas, actores do sector privado, alguns operadores, promotores e membros de GPCC, em Junho e Julho de 2013.